

*Tutela e devir das mulheres no espaço público**

Rachel Soihet**

Universidad Federal Fluminense

Suely Gomes Costa***

Universidad Federal Fluminense

Resumo: Este artigo examina o conceito de tutela que, em geral, conforma biografias de primeiras-damas e as qualifica como extensões e correias de transmissão de alinhamentos político-partidários de seus maridos, familiares e pessoas afins. Experiências de Alzira Vargas do Amaral Peixoto e de Eva Perón, porém, sugerem formas de convivência no meio político, em especial, em ações assistenciais, que expõem a autonomia de mulheres própria a maternalismos de muitos tempos e a transições coletivas das mulheres para o seu devir no espaço público.

Palavras-chaves: Primeiras-damas, biografias, tutela, relações público-privadas, maternalismo, feminismos informais

Tutelaje e irrupción de las mujeres en el espacio público

Resumen: Este artículo examina el concepto de tutelaje, que en general, conforma las biografías de las primeras damas y las cualifica como extensiones y correas de transmisión de los alineamientos político-partidarios de sus maridos, familiares y personas afines. Las experiencias de vida de Alzira Vargas do Amaral Peixoto y de Eva Perón, sin embargo, sugieren nuevas formas de convivencia en el medio político, en especial a través de acciones asistenciales, que exponen la autonomía de las mujeres propia de maternalismos y de las transiciones colectivas de las mujeres para poder irrumpir en el espacio público.

Palabras clave: Primeras damas, biografías, tutela, relaciones entre lo público y lo privado, maternalismo, feminismos informales

Tutelage and women coming into their own in the public sphere

Abstract : This text reviews the concept of tutelage,

which, in general, embraces biographies of First Ladies and qualifies them as extensions and transmission belts of the political partisanship alignments of their husbands. Eva Peron's and Alzira Vargas do Amaral Peixoto's experiences of life, however, suggest their wielding new ways of living in such a political milieu, especially by means of social aid to the poor, an expression of maternalism, by which they revealed themselves as subjects of their history and of many collective transitions leading to their coming into their own as women acting in the public sphere.

Key words: First Ladies, biographies, tutelage, public/private relations, informal feminisms, maternalism

Ao examinar Michele Obama, primeira-dama, hoje, um ícone norte-americano, Kate Betts (2011) traz à baila o “*poder de estilo*” de outras primeiras-damas, algo mais que a ideia corrente de aparência, como conceitua: “*Style is a part of the content of one's character*” (p.ix,x). Vem dos EUA a expressão “*First Lady*” (Betts, 2011, p.p.25-27). É empregada, pela primeira vez, em 1801, quando Dolley Madison, chega à Casa Branca, como dama de companhia da viúva de Thomas Jefferson e, oito anos mais tarde, já como *Lady Presidentress*, mulher de James Madison, quarto presidente norte-americano. Dolley inaugura, na Casa Branca, um alto padrão de vida e faz disso uma vantagem política e pessoal. Acreditava que símbolos da aristocracia, nessa nação jovem e inexperiente, serviriam a líderes políticos empenhados na construção da democracia. Beatriz Sarlo (2005) trata do poder de estilo, quan-

* Este artículo es resultado de una investigación realizada en el Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) de Brasil. **Artículo recibido el 12 de octubre, aprobado el 12 de octubre.**

**Rachel Soihet es Profesora Titular del Departamento de Historia de la Universidad Federal Fluminense, asociada al Programa de Pós-Graduação de História e Investigadora del CNPq. Dirección: Rua Moreira Cesar, 300, ap.502 – Icaraí / Niterói – RJ – 24320-063. Dirección electrónica: rachelsoihet@globocom

***Suely Gomes Costa es Profesora Titular del Departamento de Servicio Social, asociada a los Programas de Estudios Pós-Graduados en Política Social e de História de la Universidad Federal Fluminense, e Investigadora del CNPq. Dirección electrónica: suelygomescosta@gmail.com

do examina, no caso de Eva Perón, os símbolos que compõem sua imagem, vistos nas transformações de modos de pentear, vestir, calçar, fazer-se fotografar, aparentar e ser. Muito mais que a mera aparência, é certo que primeiras-damas traduzem culturas e, com esse ou aquele estilo, sob diversas circunstâncias, expressam uma quase predestinação para ações assistenciais de muitos tipos. Nelas, sociabilidades próprias a maternalismos – de tempos e sinais políticos diversos, fixam ritos protocolares que persistem com notável continuidade, recriados efeitos em convivências simultâneas de diferentes gerações (sobre maternalismos, ver Bock (1994), Mott (2001), Costa (2002 b). Neles, há autonomia e dependências em relação a seus maridos ou a outros familiares, chefes de governo a que se vinculam. Este trabalho não trata do “poder de estilo” em si. Nega também qualquer linha evolutiva de padrões de conduta desta ou daquela geração que a antecede ou a sucede. Por tudo isso, há por rever uma produção intelectual – de corte feminista e não feminista, que trata, sem distinções, as primeiras-damas como apêndices de chefes de governo – seus familiares por vínculos de sangue ou afins e as admite como mulheres sob tutela.

Fragmentos biográficos de Alzira Vargas do Amaral Peixoto – Alzirinha, e de Eva Maria Duarte de Perón – Evita, primeiras-damas de uma mesma geração mostram-nas como sujeitos de seus trânsitos políticos, sobretudo nas práticas assistenciais – que expressam maternalismos e trajetões de significativa autonomia. Essa quase predestinação para práticas assistenciais é dada pelo senso comum que as concebe como “próprias” às mulheres. Por muito tempo secundarizadas na vida política, elas têm expressado protagonismos das mulheres na esfera pública, sempre sob estímulos e aplausos dos homens. No Brasil, trajetórias de Alzirinha ou de Alzira Vargas do Amaral Peixoto e, na Argentina, de Evita ou de Maria Eva Duarte Perón são emblemáticas quanto a diferenças de estilo e de exercício de seus “mandatos”. Em suas performances no exercício do poder, o campo de atividades assistenciais – foi um lugar de exercício e de produção de matéria política de que se fazem os maternalismos. Ambas, como primeiras-damas, agregam, em seus percursos, mais e mais mulheres num movimento de mesmo senti-

do: o da política dos cuidados, numa instigante mimesis política que promove deslocamentos dessas atividades do espaço privado para o público (Sobre mimesis política, ver Chisolm (2010)). As autoras deste texto localizam, como Beatriz Sarlo, “razões biográficas” para pensar tudo isso (Sarlo, 2005). Alzirinha e Evita, de idades e estilos próximos aos de nossas mães, de muitas formas estiveram em nossas vidas; por imitação ou contraste, legaram-nos alguns de seus dons, nem sempre perceptíveis, em nossas vidas.

Seus nomes seguem tradições que sempre gravam a descendência patrilinear da mãe, como segundo sobrenome seguido do último, o do pai, esse que pelo casamento, a seguir, torna-se também o segundo, seguido pelo do marido: sobrenomes afirmam sempre e apenas a linhagem masculina das mães. Alzirinha ou Alzira Sarmanho Vargas, nascida em São Borja (RS), em 22 de novembro de 1914, filha de Darci Sarmanho Vargas da elite sul-riograndense, neta do casal Antônio Sarmanho, estancieiro e comerciante, e de Alzira Lima Sarmanho. Lembrando que seu pai, Getúlio Dornelles Vargas, vindo de famílias de segmentos médios do sul do país, militar como seu avô paterno, será depois advogado e político. Evita ou Maria Eva Duarte nasce em 7 de maio de 1919, quase cinco anos depois de Alzira, em Los Toldos, província de Buenos Aires, mas sua infância transcorre em Junin. Tem outra origem social: é filha de Juan Duarte, estancieiro da Província de Buenos Aires, e de Juana Iburguren, costureira, com quem vivera, numa relação ilegítima, e de quem se separa. Perde o pai aos sete anos e conhece momentos de muita pobreza. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, sem ser primeira-dama, partilha essa função com Dona Darcy Vargas, sua mãe. Assume um papel de relevância política ao longo dos governos de Getúlio Vargas, coincidentes com os de Ernani do Amaral Peixoto, interventor e depois governador do Estado do Rio de Janeiro, com quem se casara em 1939, aos 25 anos de idade, tornando-se, por isso, primeira-dama estadual. Ao refletir sobre suas origens paternas, Alzira identificará condições familiares pouco conhecidas (Peixoto, 1960:p.3): “Aqueles homens endurecidos pelas lutas, cujo lar era o lombo do cavalo legaram-nos uma herança pesada. Ódios recalçados, malquerenças, às vezes

infantis, o culto à coragem e ao estoicismo, o hábito da solidão, e, sobretudo, a angústia muda de nossas mães e avós, fizeram do gaúcho um ser inquieto, ensimesmado e orgulhoso”. Talvez venha dessas mulheres o aprendizado de Alzira de tantos silêncios (Gomes, 1996). Sente uma menos valia por ter nascido mulher (Peixoto, 1960: p.17): “Quando eu nasci, ao entardecer de um domingo, nada houve de especial. Nem meu Pai estava presente. Mais uma menina na vida de um casal gaúcho é apenas mais uma menina”. Como terceira da prole, parece avaliar o prestígio dos primogênitos e consola-se com a posição do pai: Por coincidência, como Papai, eu era também o terceiro rebento. Atribui a circunstâncias turbulentas dessa época, esse seu nascimento em branco: No mundo havia uma guerra, no meu país uma expectativa, no meu Estado uma revolução, na minha cidade um caos. Não obstante nasci. E destaca: Teimosia, talvez. Alzira e seus irmãos receberão de seus pais todas as garantias da regular formação educacional e intelectual. Dona Darcy, sua mãe, ao longo da vida, estará dividida entre todas as tarefas de administração da casa e outras de sua representação protocolar, mas sem nunca abandonar seu lugar político: o campo assistencial, vivido nas tradições familiares de sua mãe e avó. Empréstará aos governos de Vargas, signos políticos vindos desse campo. Alzira, como o pai, forma-se em Direito e, com uma acentuada discricção de estilo, desempenha suas funções públicas, partilhando algumas com a mãe e outras em seu lugar, ainda que em atuações ora próximas, ora distantes dela. Informa, na entrevista dada ao CPDOC em 1991, pouco antes de sua morte em 1992, o quanto havia mudado seu conceito sobre a figura materna (Costa, 2002a): (...) a ideia que eu tinha dela era de que minha mãe era uma velha chata (...). E era uma mulher de 30 anos. Revê impressões depois de analisar antigas fotografias: (...) na realidade era muito mais nova com 30 anos do que com quinze anos. Aos 15 anos a moça no Rio Grande se vestia de coque, roupa preta, aqueles espartilhos. Era uma coisa horrível. Dificuldades com o exercício protocolar de primeira-dama, quiçá, tenham causado à filha uma má impressão: Minha filha, você não sabe o quanto eu tremo cada vez que dou o braço para um desses chefes de Estado. Qual a conversa que vou ter com eles? É provável

que Beatriz Sarlo sinta o mesmo ao registrar suas impressões sobre as primeiras-damas argentinas de outrora e compará-las com Eva Perón, destacando tanto o “pouco relevo das matronas presidenciais e da elite local”, como, por contraste, o fato de Eva nada ter em comum com a “austeridade patricia” (Sarlo, 2005: p.24). Por muito tempo, Alzira deixara de distinguir o protagonismo político de sua mãe: (...) eu não levava muito em consideração a minha mãe, até talvez depois da morte dela. Aí realmente fui conhecer o valor dela. Percepções como essa anulam a contribuição de experiências femininas do passado para o processo de tomada de consciência, que presidirá políticas de proteção social do futuro, como evidenciado, por exemplo, no Brasil, nas preocupações de mulheres abolicionistas das elites brasileiras com filhas de ex-escravas, tornadas meninas de rua (Bernardes, 1989: p.156). Alzira, entre 1943 e 1944, quando da morte de Getulino, seu irmão, se reaproxima da mãe e só depois, em 1968, ano de sua morte, a reavalia: Minha mãe sempre disse que era avessa à política; no entanto, do ponto do vista meu, do que considero política, com letra maiúscula, acho que minha mãe foi melhor política que meu pai (Costa, 2002a). Nos circuitos e assuntos palacianos, Alzira, ao contrário de sua mãe, com desenvoltura, marca sua presença na montagem e na remontagem dos governos Vargas e Amaral Peixoto e mesmo na política externa brasileira, mantendo seu estilo avesso a pompas. Na cerimônia de seu casamento, em 26/07/1939, com Amaral Peixoto, ela, aos 25, e ele, aos 34 anos de idade, sua sobriedade dispensa até o vestido de noiva e cerca-se apenas de familiares e amigos próximos. Também protege sua filha Celina, nascida em 1944, de exposições públicas. A passagem de Alzira pelo centro de poder é longa, porém, como sua mãe, sua atuação é cercada de muitos silêncios. Em seguidas iniciativas institucionais, Alzira, como primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro, empenha-se na formação de quadros profissionais femininos, voltados para ações assistenciais regulares; organiza redes, aproxima-se da Igreja Católica, nicho privilegiado dessas ações; com isso, arregimentará quadros femininos para ações do espaço público (Costa, 1995). Alzira morre no Rio de Janeiro, em 1992, aos 78 anos de idade.

Maria Eva Duarte é a quarta da prole de cinco

filhos (Granero, 2003: p.7) . Na internet, consta que, para alguns autores, sua obstinação em ver-se reconhecida publicamente residiria no fato de ser a única sem registro dentre os demais filhos tidos por sua mãe. Nas fontes disponíveis, não há qualquer manifestação de Eva sobre isso. Seus escritos pessoais silenciam sobre sua parentela. Inicialmente, viverá em estado de pobreza sem se dar conta disso, como lembra Granero (2005: p.7), sobre um registro dela (Perón, 2005): “*Hasta los once años creí que había pobres como había árboles*”. Aprenderá, porém: “*Supo que había pobres porque los ricos eran demasiados ricos*”, portanto, nada era “*natural y lógico*”. Na Escola Normal, declamando e representando, fará suas primeiras incursões nas artes cênicas (Granero, 2005). Aos 15 anos, em Buenos Aires, acompanhada de sua mãe, estuda declamação e arte cênica no *Consejo de Mujeres*. Inicia sua carreira de atriz, entre 16 e 17 anos de idade. Vive muitas privações até ganhar alguma notoriedade: comporá, até 1936, elencos importantes, mas como atriz de modesto protagonismo, fazendo excursões pelo interior, indo mesmo a *Montevideo*. Em 1937, faz uma pequena aparição em filme; em 1938, suas atividades são de modelo fotográfico; algumas fotos registram poses e roupas pouco convencionais, de sugestão erótica. Fará depois uma experiência em radioteatro e dois filmes até 1941. Em 1943, sua situação estará estável, tanto que irá morar no Barrio Norte. Suas imagens, por diferentes meios de comunicação, se propagam. Em 1944, aos 24 anos, num movimento de socorro às vítimas do terremoto de San Juan, conhecerá Juan Domingo Perón, então, no comando da Secretaria de Trabajo e Previsión, com nível de Ministro. Nessa aproximação, sua atividade no rádio se intensifica: “*Una de sus audiciones, titulada Hacia un futuro mejor, promueve la obra social que la Secretaria (...) desarrolla*” (...), indica Granero (2005: p.13). Eva terá uma passagem pela vida sindical: em 1944, eleger-se presidente da Associação de Atores. Perón, com 48 anos de idade, e Eva, com 24, enamorados, se casam em 22 de outubro de 1945. Não terão descendentes. Ela atribuirá à pobreza de sua origem as sensibilidades políticas e o processo de tomada de consciência que a levam ao justicialismo. Junto ao governo de Perón, irá transformar seu estilo: suas imagens anteriores serão so-

brepostas a outras cuidadosamente produzidas; com apoio da alta costura europeia, adquire elegância e charme notáveis e torna-se um ícone da política argentina. Para Sarlo (2005: p.67-86), Eva ensaia e define estilos e cria com eles sua personagem pessoal e política e, assim, expõe-se ao público. Numa passagem meteórica pela política argentina, formará redes femininas, presentes na formidável ampliação da política justicialista, sobretudo pela criação do Partido Peronista Feminino, experiência no campo de ações assistenciais que leva milhares de mulheres ao espaço público e ao pico da hierarquia política do justicialismo, sempre ao lado de Perón e com visível autonomia. Morre em seu auge político, em 6/7/1952, aos 33 anos de idade.

Alzira e Eva são chamadas e conhecidas por seus nomes diminutivos. Alzirinha é o apelido que na vida íntima a distingue da avó materna – de quem herdara apenas o nome, “não seus cabelos vermelhos, nem sua alegria contagiante” (Sarlo, 2005: p.16). Esse diminutivo, persistente por toda sua vida, pode ter-se reafirmado pela idade precoce de 18 anos com que ingressa e passa a transitar na política, ao lado do pai. Será sua constante interlocutora e conselheira e pessoa mais próxima de Vargas até seu suicídio em 24/08/1954. Amaral Peixoto, em sua longa entrevista (Camargo, 1986), só se refere a ela como Alzira, nunca como Alzirinha. Evita é nome que Eva escolhe para fazer reconhecer suas identidades políticas, como ela mesma detalha (Perón; 2008: p.48), ao fazer a distinção de duas formas de tratamento como primeira dama: Eva e Evita. Indica que Eva é a forma própria do tratamento protocolar concedido à mulher do presidente, para ela, restrito a homens do governo, dirigentes políticos, embaixadores, homens de empresa, intelectuais, etc., que a chamam de senhora e de Eva Perón. A forma Evita, ela explica: “Quando elegí ser ‘Evita’ sé que elegí el camino de mi pueblo. (...) Nadie sinon el pueblo me llama ‘Evita’. Solamente aprendieron a llamarme así los descamisados. E detalha: Cuando um pibe me nombra ‘Evita’ me siento madre de todos los pibes y de todos los débiles y humilde de mi tierra. Cuando um obrero me nombra ‘Evita’ me siento com gusto ‘compañera’ de todos los hombres que trabajan em mi país y aun en el mundo entero. Cuando una mujer de mi patria me

dice ‘Evita’, yo me imagino ser hermana de ella y de todas las mujeres de la humanidad”. Com base nessa distinção, ela enuncia suas tarefas políticas: “Y así, sin casi darme cuenta, he classificado, com três ejemplos las actividades principales de ‘Evita’ en relación con los humildes, com los trabajadores y con la mujer”. Não há qualquer registro de identidades de Alzira com matéria política desse teor, nem junto ao pai nem a seu marido. Perón usa o apelido Evita, registro constante do livro *Cómo conocí a Evita y me enamoré de ella* (Perón, 2009), que lhe dedica. Na escrita sobre seu pai e na *de si*, em entrevista, as menções de Alzira a Amaral Peixoto, namorado, noivo, depois marido e pai de sua filha, além de poucos e lacônicos, são pontuais; silencia sobre Celina, sua filha; será sempre cautelosa com relação à exposição de sua vida pessoal. Também nada registra das infidelidades matrimoniais de seu pai, só por ele narradas e publicadas em seu Diário em 1995. Do mesmo modo, memórias de Amaral Peixoto publicadas em livro (Camargo, 1986), de 580 páginas, dedica a Alzira – nunca a Alzirinha – o maior número de referências dentre as pessoas por ele citadas, como mostra o índice onomástico do livro (Camargo, 1986:p.p.575-588). Fala, porém, muito pouco sobre o protagonismo político de sua mulher, seja no que concerne a fatos do governo de Getúlio, seja aos vividos na sua vida em comum. Passagens ocasionais e triviais sinalizam a presença da esposa, nesse ou naquele lugar, momento e evento. Sua mais extensa narrativa sobre ela, curiosamente, é a do episódio sobre o acidente de carro sofrido por ambos no Canadá, tendo ela como motorista (Camargo, 1986: p .p.185-187). Na resposta que Amaral Peixoto (1960: p. 183) dá à pergunta – “O seu namoro com dona Alzira incluía conversas sobre problemas políticos?”, ele responde: Sim, porque ela sempre foi muito política. Mesmo no caso da interventoria, pedi sua opinião. Ela não deu propriamente uma opinião, mas fez várias observações sobre o que poderia acontecer: ‘Você visivelmente é político, tem ambições políticas. Então, não deve perder a chance’.¹ Amaral Peixoto não esclarece o que sejam para Alzira esses problemas

políticos. A matéria registrada em seus documentos públicos nunca menciona nem a adesão a grandes causas políticas, nem identidades políticas com elas, tampouco o afeto que poderia uni-los – como nas relações de Evita e Perón. O governo a que ambos servem também guardam sinais de antiperonismo e dos registros deixados não consta qualquer aproximação dele com o justicialismo (Peixoto, 1960: p.p. 360-364).

Alzira apoiará Dona Darcy, até sua morte em 1968, quatorze anos após a do pai, em suas iniciativas assistenciais. Ao longo dos governos Vargas (1930-1954), os programas a que se dedica ganham reconhecimentos públicos e, em especial, do setor empresarial; dele resulta a posterior integração dessas ações nas esferas nacional e estaduais, em políticas de governo de interventores de impactos por avaliar. Um desenho literário dos dados biográficos de Darcy (Brito, 1984: p.p. 25-27) registra, todavia, sua precoce vocação humanitária aos 9 anos de idade, na promoção de um Natal dos Pobres, como modo de comemorar seu aniversário, na mansão da família, em São Borja, com distribuição de presentes, churrasco e chimarrão. Suas práticas assistenciais como primeira-dama são desdobramentos daquelas de gerações que a antecedem: de sua mãe e de outras mulheres mais velhas e mais moças que, à época, costuram para a Santa Casa. Suas preocupações prosseguem; deixam vestígios ainda na vida privada de Nair de Teffé Hermes da Fonseca (1974), jovem mulher, bela e rica, casada com o Marechal Hermes da Fonseca, presidente da recente república brasileira (1910-1914), velho e pobre. Nair, por seus ritos aristocráticos, lembra os de Dolley Madison, mesmo quando populariza nos salões palacianos manifestações musicais da cultura popular.² Ela é amiga de Darcy e de mesma geração. Perdas seguidas por morte do Marechal em 1923, do pai e da mãe, fazem Nair mudar de rumo, contando com Darcy Vargas. Nair havia adotado uma menina com quem, por algum tempo, partilharia sua existência (Brito, 1984: p.16): Encaminhando-a na vida, fiquei novamente só. Graças a minha querida e grande amiga Darcy Vargas, consegui adotar 3 crianças:

¹ Refere-se a sua indicação para a interventoria do Estado do Rio de Janeiro, que passaria a governar, durante o Estado Novo, e que inauguraria sua vida política seguinte.

² Nair, com coragem e autonomia, abriu os espaços palacianos à música popular, desafiou costumes, enfrentando duras críticas por isso. Pendotiba é hoje um bairro de Niterói. Ela morre em 10 de junho de 1981.

Carmem, Tania e Paulo, com as quais retirei-me para um sítio em Pendotiba, no Estado do Rio, próximo a Niterói. Apoios como esse traduzem processos de socialização de mulheres numa mimesis política que organiza os maternalismos de muitos sinais a serem conhecidos.³ A vida social nunca atraía Getúlio mesmo no Rio, quando Ministro da Fazenda (1927-1928), tempos esse em que Alzira, aos treze anos, vê seu pai auxiliado por sua mãe, cifrando e decifrando telegramas (Peixoto, 1960: p.31) até tarde, aliás, único registro de Alzira sobre tarefas oficiais e secretas de sua mãe junto a seu pai. Darcy, então, acompanhava, sozinha, a ida dos filhos a festas e exercia tarefas que ele pontificava como de mulheres: (...) ficar em casa, tomar conta da casa. (...) saber música, costura e cozinha. Alzira, em sua adolescência, registrará transgressões de sua mãe a essa ordem, observando, porém (Peixoto, 1960: p. 34): Mal sabia ela que, em menos de uma década, Papai a ultrapassaria tornando-se o advogado da emancipação feminina (Peixoto, 1960: p.40). Sob os governos Vargas, não constam registros de embargos paternos a essas atividades, nem quaisquer censuras ou sobressaltos; seus filhos estão criados e encaminhados. Ocorrerão interrupções por questões familiares. As ações assistenciais juntam em torno de sua mãe mulheres das elites e das classes médias, e formam redes sociais em torno de questões naturalmente tidas como da esfera feminina, com deslocamentos femininos para o espaço público. Essas iniciativas influirão no desenho de políticas do governo dos interventores, de impactos por avaliar. No retorno de Getúlio ao Rio Grande do Sul, como governador eleito (1928-1930), sua mãe, primeira-dama do estado, administrará as reformas no Palácio (Peixoto, 1960: p. 38), onde funda e sedia a Liga de Caridade. São ações assistenciais sob seu comando, vinculando-se, assim, aos símbolos políticos de tomada de poder inscritos no dístico *Rio Grande do Sul em pé pelo Brasil* (Peixoto, 1960: p.67). Seus objetivos humanitários são dados pela

necessidade de fornecer mantimentos e remédios às famílias dos envolvidos na revolução de 1930 (Peixoto, 1960: p.68. Sobre o assunto, ver Costa (1995). Alzira, na ocasião, muito jovem, auxilia sua mãe: “Aprendi até a fazer crochê. Nas intermináveis noites de expectativa, reuniam-se todas as senhoras, amigas de mamãe, para fabricar mantas e meias de lã para os soldados que partiam em defesa do Governo” (Peixoto, 1960: p. 62). Ela, porém, prefere outros espaços de circulação: Minhas contínuas incursões pela Secretaria preocupavam mamãe. Consegui prender-me por alguns dias, apelando para meu espírito de solidariedade. Conseguirá concluir algumas mantas, mas, enquanto o novelo de lã se desmanchava a meus pés, o pensamento corria. Os acontecimentos políticos a atraíam muito mais, nesses termos, por isso considerou relevante “assegurar a continuidade da Legião de Caridade enquanto fosse necessária” (Peixoto, 1960: p. 68). Alzirinha faz suas escolhas e, certamente como no caso, avalia ganhos políticos advindos de ações assistenciais. Evita, animada por objetivos justicialistas, não desconhecerá a força social desses ganhos para a consolidação do poder de Perón. Aos 22 anos de idade, avaliando seus próprios caminhos em 1936, Alzira, nesse momento, marcará diferenças quanto às atividades assistenciais de sua mãe; sente-se mesmo em desconforto quanto a elas: Queria produzir, não buscava fama, nem renome. No entanto, apesar de todas as atividades sérias, tais como: freqüentar conferências, estudar, ler, auxiliar em todos os serviços de assistência social que se apresentavam, distribuir víveres nos morros e favelas, ajudar mamãe nas festas de Natal, servir a todos os chás de beneficência que apareciam, tomar conta de todos os doentes da família (e não foram poucos nesse ano), foi este o período mais fútil de minha vida (Peixoto, 1960: p. 203). É concluindo seus estudos básicos que se aproxima cada vez mais de Getúlio, como diz, insinuando-se (Costa, 2002a) nos trabalhos de apoio de seu gabinete na vida palaciana. Começa ajudando-o a secar pergaminhos assinados com tinta: Passei a ser mata-borrão (Peixoto, 1960: p.86). Dominará seus hábitos de trabalho como preferências de arrumação de documentos, modos de registros, classificação de papéis por assuntos, etc. Sistematiza o trato documental, servindo-se do sistema belga,

³ Embora de família de posses, Darcy não teve acessos à educação. Porém, prepara-se intelectualmente, em leituras selecionadas por seu pai dentre obras de sua biblioteca, como as de José de Alencar, de Joaquim Manuel de Macedo e de Bernardo Guimarães. Casa-se aos 15 anos. Aos 22 anos dedica-se aos cuidados maternos de uma prole de cinco filhos seguidos, ocupa-se deles, dos muitos encargos domésticos, de algumas funções protocolares de primeira-dama e das ações assistenciais por toda a vida.

empregado por uma competente bibliotecária que a apoia. Seu pai também a avalia: O expediente de rotina passou a andar mais rápido, dando-lhe lazer para conversar comigo sobre assuntos sem importância, como se estivesse a medir cautelosamente até que ponto poderia se apoiar em meu discernimento (Peixoto, 1960: p.87). A curiosidade sobre ele a move sem cessar: Através de relatos de meu avô, meus tios e por minhas próprias observações, fui reconstituindo a infância e a adolescência de meu Pai (Peixoto, 1960: p.3). Alzirinha pede-lhe informes sobre esse e aquele fato, mesmo temerosa de sua curiosidade, e estreita laços de intimidade e de afeto: Por uma série de coincidências fortuitas, todos esses dados foram-se aproximando de mim, passaram diante de meus olhos, ao alcance de meus ouvidos, ficaram em minhas mãos, ficaram dentro de mim, doendo dentro de mim, sem que intencionalmente eu os buscasse (Peixoto, 1960: p.8). No exame, na restauração e na arrumação de livros da biblioteca de Vargas, descobre muito da formação e das inquietações intelectuais que o acompanham; elas estão nos autores que a compõem (Peixoto, 1960: p.p. 88-89). Sente-se, aí, que começava a deixar de ser ignorante (...). Do mesmo modo, Getúlio passa a interessar-se pela instrução da filha, como ela observa (Peixoto, 1960: p.87). Como nenhum de seus filhos homens decidira estudar direito, Getúlio a estimula: Se tu quiseres te formar em Direito, todos meus livros serão teus (Peixoto, 1960: p.95). Nasce daí sua decisão: Eu topo, mas é palavra mesmo? Ela aceita o desafio, sem pensar uma segunda vez (Peixoto, 1960: p.96). Nesse enlace de interesses, aprende com ele literatura brasileira, ouvindo-o em leituras por ele selecionadas: Não sei se foi o som de sua voz penetrante, serena e sem afetação, que me viciou e me habituou mal para sempre. Até hoje não gosto de ler poesias, prefiro ouvir. Olavo Bilac, Augusto dos Anjos, Antero de Quental, Guerra Junqueiro e tantos outros, só conheci por intermédio dele (Peixoto, 1960: p.87). Ele confirma suas escolhas de leitura de *Canaã*, de Graça Aranha, e lhe indica também *O Atheneu*, de Raul Pompéia. São momentos de aproximação intelectual que lembram convivências de homens e mulheres de uma mesma família na intimidade de leituras de tempos anteriores (Ver a

respeito: Leite, Márcia M. da Silva Barreiros (2005). Ela admite que atinge a intimidade plena com o pai, na estância de Itú, depois de muitos anos de convivência e num momento em que estarão sós, quando observa: Só vim a descobrir seus primeiros amores em 1948 (Barreiros, 2005: p.p.13-16). Enquanto seu pai dormia sua sesta, diz ter resolvido bisbilhotar e descreve: Num quarto de depósito do qual só eu e ele tínhamos a chave, encontrei um baú velho. caindo aos pedaços, com a tampa solta. (...) comecei a verificar o que continha, para por em ordem. Em cima, várias fotografias antigas, recortes de jornais anteriores a 1922, notas, recibos, um velho caderno de contabilidade, tudo trabalhado a capricho pelas traças, Depois de remexer muito encontrei, bem em baixo, uma porção de carta. Getúlio a chama e ela, hesitante de medo por mais essa curiosidade, resolve enfrentar a situação. Fala de seus achados, brinca com ele por suas muitas namoradas – antes de seu casamento. Divertem-se juntos no exame desses achados: diante do retrato de uma atriz italiana com uma dedicatória a ele dirigida, quando já casado – segundo ele, por brincadeira de um amigo. Ele comenta os ciúmes de sua mãe e sua proibição de mencionar esse fato, além de outro que então lhe confia: Depois do noivado, quando voltei a Porto Alegre, o presente que ela me pediu foi um Almanaque do Tico-Tico. Nesse momento de partilha de tantas memórias, pai e filha expõem suas cumplimentos e da destruição, mas também de silenciar sobre outras mais. Nesse modo de intimidade, Alzirinha entrelaça sua vida com a política cotidiana do pai e do país; nada lhe escapa. Habilita-se, por conta própria, no trato da vida protocolar da presidência da república. Ao término de seus estudos básicos em 1932, aos 18 anos, inicia-se nas ações de estrita confiança de seu pai, palavra gravada em todo o livro com a letra inicial em maiúscula: Pai. Nomeia-o Patrão, modo de referir-se a ele junto às pessoas com que lida nas obrigações de trabalho, como que apagando as proximidades da relação filial. Em difíceis momentos de transição republicana, Alzira irá aprender e Vargas lhe ensinará muito sobre pessoas e relações políticas nos circuitos e nos segredos de montagem do poder, e a silenciar. Nomeada e com salário dobrado, logo que formada em

Direito em 1937, como auxiliar de gabinete, receberá, dentre outras, as tarefas dos cifrados, outrora de sua mãe, além de outras da estrita confiança de seu pai. Ao longo de conturbadas travessias, Alzirinha tratará de interesses comuns do pai, da mãe e do marido, numa trajetória que ultrapassa ambientes do palácio e se propaga no meio social. Ao mencionar as funções protocolares dos ajudantes de ordem – algumas desempenhadas ao lado de Alzira, Amaral Peixoto descreve hierarquias dos membros que compõem o Gabinete de Getúlio, qualificando a destinação de documentos classificados por assunto e distribuídos por critérios de sua confiança: Antes do jantar, o dr. Getúlio ia pegando os papéis e examinando-os um a um. O que era simples ele assinava imediatamente, o que não era tão simples ele colocava um lembrete: Luís Simões Lopes, Alvim, Vergara, Alzira, ou então, Casa Militar (Camargo, 1986: p.p.97-98). No preparo de pautas de despacho, ela participa de muitas tramas e guarda segredos; fora dele, apropria-se dos sinais políticos presentes nas ações assistenciais a que sua mãe se dedica. Em sua escrita sobre Getúlio e si mesma, Alzira faz expressar sua relação com o pai como a de um estreito enlace identitário. O retrato do pai e da filha abraçados, na capa do livro *Getúlio Vargas, meu pai*, de sua autoria, recolhe um instante de intimidade e de recíproco encantamento. Esse enlace impulsionará os protagonismos de Alzira e Eva, uma como filha e outra como esposa. Seus diferentes estilos de poder estarão definidos, no caso de Alzira, quando Getúlio a considera sua “segunda consciência”, sua mãe a torna auxiliar de muitas horas e Amaral a exige em muitas presenças. No enlace identitário com seu pai, porém, há significados próximos ao daquele que associa Eva à figura masculina, paterna e pública de Perón. Eva, por sua vez, silencia sobre o pai, tão ausente de sua vida e dos seus escritos; traduz esse enlace no seu encontro com Perón e com o justicialismo e, através desse, com milhares de argentinos à sua volta. Talvez, nessa experiência pessoal e política, tenha liberado o pai dos afetos difusos e de indignações que a teriam marcado, como observado por Beatriz Sarlo (2005:p. 28): Pode-se ler todo o livro *La razón de mi vida* (tão incômodo para os feminismos, é claro) com a seguinte chave: Eva sentia afetos difusos,

embora intensos antes de encontrar Perón; seu sentimento de injustiça permanecia inexplicável e inerte; sua indignação não tinha força para se traduzir em ações; sua vida carecia de objeto. Perón articula numa trama brilhante todos esses impulsos vagos. Dá-lhes uma razão de ser (que não se opõe à paixão, ao contrário, age como seu vetor). Alzira nutre um profundo amor filial e de admiração por seu pai, tão próximo dela, mas como Eva - em relação a Perón, são difusos os sentimentos que antecedem sua jornada junto aos caminhos políticos de ambos. Alzira sente-se rebelde, mas ao contrário do protagonismo de Eva na política, nunca em torno de uma grande causa ou de uma bandeira de luta explícita, que não seja a de contribuir para a consolidação dos projetos de seu pai no comando do país, dos do marido no governo do Estado do Rio de Janeiro e nos de sua mãe em suas atividades assistenciais, todas a serviço do pai. Sua escrita de si a projeta como uma mulher que desbrava fronteiras, que se faz sábia, nunca sabichona, moderna, viajada, que dirige automóvel, que domina códigos secretos e línguas estrangeiras, conhecedora de aviões – dedicando a eles muitos trechos de seu livro, até mesmo vangloriando-se de loopings experimentados, impensáveis para uma mulher de seu tempo. Talvez, encontrasse neles um preparo para aguentar emoções e vertigens no trato dos negócios de Estado. Ao mesmo tempo, despe-se de todos os sinais de vaidade, nos modos de trajar-se, pentear-se, comportar-se e ser. Aqui e ali, deixa transparecer, de forma ambígua, mas indisfarçável, a lisonja por ser próxima de seus professores comunistas – a ponto mesmo de defendê-los e de soltá-los da prisão de Filinto Müller; e ainda por ser identificada como “simpatizante” do comunismo. Por essa ou aquela suspeita, sabe-se por essa via, construída como pessoa rebelde, até mesmo “libertina” (Costa, 2002a).

Alzira atende a chamada de sua mãe que, mais uma vez, objetiva prover assistência para homens na guerra, questão de relevância antes, na cena política nacional, e, agora, internacional. Medidas destinadas a promover uma organização nacional dedicada a atividades assistenciais no país, a cargo de sua mãe, na Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada em 1942, para apoio às famílias dos pracinhas enviados em missão de guerra, irão favorecer

a formatação central, seguindo o modelo dos institutos desses tempos e, regional, descentralizada, de ações assistenciais. O recrutamento de mulheres para práticas sociais em situações como essa aciona, como sempre, o forte ideário dos maternalismos: através de movimentos coletivos de mulheres. Os dos séculos XIX e XX, de cunho feminista e não, expõem questões sociais, exigências de leis de proteção social e de cobertura de muitos serviços, até então, restritos a iniciativas caritativas de caráter privado.⁴ Há muito por conhecer e conceituar sobre as singularidades dos movimentos de mulheres e dos maternalismos que, no caso brasileiro, as têm engendrado (Sobre maternalismos na Europa, dos séculos XIX e XX, ver Bock (1994: p.441). Os alcances das práticas caritativas serão mais bem avaliados se vistos no emergente estado de consciência sobre questões sociais e sentidos civilizadores de ações voltadas à proteção social. Na Primeira República, no exemplo de São Paulo, expressam-se em preceitos do higienismo, voltados à proteção social das crianças e à educação de mães, associados à modernidade pensada como superação de condições sociais herdadas do escravismo (Freire, 2009). Estão, ainda, em pautas da Federação Brasileira pelo Progresso das Mulheres (FBPM), encabeçada por Bertha Lutz (Soihet, 2006) e, agora, nos tempos de Darcy Vargas e de Alzira. Maria Martha de L. Freire (2009) vê (...) a afinidade eletiva entre mulheres das classes médias e altas e médicos dedicados à higiene infantil, em torno da valorização da maternidade, nessa relação de aliança e parceria de consequências transformadoras para ambos.⁵ Maria Lucia Mott (2001) examina, na experiência de Pérola Byington, nascida em 1879, de geração anterior à de Darcy Vargas (1895), em São Paulo dos anos 30, atividades assistenciais assemelhadas, mas ressignificadas

⁴ Como no Brasil, muitas dessas iniciativas vieram de mulheres, frequentemente, alheias ao mundo operário, mas de movimentos associativos que exercitam, na união e na mutualidade, um modo de autoeducação e mesmo de reivindicação política. Para o caso francês, ver Perrot (1994: p.515); (Scott, 2002); (Soihet e Costa, 2009).

⁵ As referências de Löwy (1989: p.16) sobre as afinidades eletivas são de utilidade para examinar a construção de sentidos políticos da marcha dos direitos sociais no Brasil, presentes em ações de Dona Darcy e outras pessoas antes, durante, depois, de seu tempo. O conceito de “afinidade eletiva” é de Goethe e Weber. Com Löwy (1989:p.16), o sentido original está em suas análises sobre o judaísmo libertário na Europa Central. Considera que “(...) sua aplicação pode estender-se a muitos outros aspectos da realidade social”. Sobre romantismo e messianismo ver, ainda, Löwy (1990).

nas aproximações de mulheres de diferentes gerações, classes e etnias/raças. O mesmo se dá nas associações que estabelecem com o empresariado, com as elites do país, com as classes médias urbanas em formação, mas também com a marcha de diferentes gerações – de homens e mulheres, empenhados em lutas operárias no Brasil a que o governo Vargas se vinculará. As convivências aí urdidas, embora traduzam sinais políticos diversos, de fato, não impedem que essa experiência produza uma retórica comum sobre utopias de “combate da pobreza” e ações redentoras. Há muito por conhecer de tudo isso, ainda mais as que avançam sob inspiração do projeto socialista, propagado pelo mundo. Muito há por desvendar das afinidades eletivas que movem o campo assistencial de diferentes tempos e espaços, observando ainda as relações entre mulheres de desiguais segmentos sociais. Relações entre essas mulheres sob escravismo e depois dele, além de mútuos usos políticos, serão também movidos por um forte conservadorismo que alimenta objetivos clientelísticos de muitos interesses, como já adverte uma assistente social da primeira turma da Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, nos anos 40 (Kingston, 1948). Darcy Vargas bem como Alzira se dedicarão a muitas causas sociais; à distância, Alzira menciona suas aproximações com lutas pelo sufrágio universal que ganham, porém, em suas memórias, só um breve registro.⁶ Alzira está ao lado de sua mãe, como primeira dama do país, em muitos momentos. Dona Darcy terá muitas dependências em relação à Alzira. Avalia Amaral Peixoto (Carmargo, 1986: p.183) o impacto de seu casamento – em 1939, nessa relação de mãe e filha: A reação maior foi de Dona Darcy. Quando a coisa se efetivou, e eu comecei a me aproximar de Alzira, a sair com ela constantemente, Dona Darcy reagiu. Tinha paixão por Alzira e não queria perder a filha. (...) ela ficou inconsolável. Chorou uma semana inteira. E mais: Ela era a representante de dona Darcy junto ao

⁶ Assinala: “Quando a nova lei eleitoral foi promulgada, a mulher brasileira passou a ter não somente acesso ao voto, mas também o direito de ser escolhida e ser eleita. Colaborando com a vida econômica e política do país, tinha a sua vez de ser ouvida. A cooperação que a mulher pode dar e deve dar na construção de um país não seria mais desprezada. Não sei se contribuíra, através de minha insubordinação aos clássicos cânones da educação gaúcha, para que meu Papai pendesse para esse lado. Devo ter influído, mas não estou certa disso. Ele tinha princípios e ideias próprias, das quais ninguém o podia afastar” (Peixoto; 1960: p. 98-99).

dr. Getúlio. As coisas que dona Darci queria do dr. Getúlio, ela as conseguia por intermédio de Alzira (Camargo, 1986:p.183). Da Fundação Darcy Vargas – criada para apoiar a administração financeira de outros programas assistenciais – restou, de fato, a Casa do Pequeno Jornaleiro, na cidade do Rio de Janeiro, instituição de proteção à criança. Com ela, porém, amplia-se a visibilidade do abandono vivido por crianças em condições de pobreza e o empenho na sistematização de práticas profissionais com essa finalidade; um conjunto de demandas de profissões femininas do campo dos cuidados se evidencia, tais como de visitadoras sociais, profissionais de economia doméstica, enfermagem, nutrição, serviço social, favorecendo uma crescente chegada de mulheres ao espaço público, um modo de expressão dos maternalismos Mott (2001); Costa (2002b; 2004). Isso muda muita coisa nesses anos. Uma parte dessas tarefas, em âmbito estadual, será organizada por Alzira, já em 1945, quando funda – sob Ernani do Amaral Peixoto, interventor (1945-1950), a Escola de Serviço Social e a de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, associando-se ainda a programas inaugurais no âmbito da habitação popular como o do *Lar Operário Fluminense* e o de apoio ao trabalho feminino, oferecido pela *Fundação Anchieta*, ambas em Niterói (Camargo, 1986: p.p.282-283), já Amaral Peixoto eleito governador (1951-55). Na mesma conjuntura, dá-se a criação de órgãos de classe de profissões femininas, em associações e sindicatos de sinais políticos a serem pesquisados. Nessa mesma cena, a institucionalização de iniciativas protecionistas seguem tendências do ideário do Welfare State, que, no caso brasileiro, será peculiar (e precário): o desenvolvimento industrial implementado sob estímulo do Estado, na época, só dispunha de incipientes fundos de manutenção de políticas protecionistas de largo alcance. Abre-se, todavia, à regulação de direitos para além da legislação trabalhista, baseado em referências de intervenção estatal de políticas anticíclicas de inspiração keynesiana, com que o capitalismo havia enfrentado a crise de 1929 e fundamentado o *New Deal* de Roosevelt. Alzira, não por acaso, localizará identidades de seu pai com o presidente norte-americano (Peixoto, 1960: p.p 236-238). O Brasil, porém, tem pouco a ver com os EUA. A história da assistência e

dos direitos sociais, nesses nexos, porém, incidem sobre sentidos políticos dos movimentos de mulheres em muitos maternalismos, que, além de ensejarem uma ressignificação continuada do campo de atividades assistenciais, profissionaliza mulheres para funções de Estado, num exercício de autonomia, mesmo que sob tutela em algumas circunstâncias. A *performance* de Darcy Vargas favorecerá o deslocamento das ações assistenciais desse lugar feminino (e secundário) aprendido em práticas da esfera doméstica para o espaço público e estatal: e isso com o apoio de Alzira (Costa, 2002b), que havia feito os estatutos da LBA com Paulo Celso Montini. Como informa Alzira então, o comércio, a indústria e os operários eram os que contribuíam para a manutenção da LBA. Logo depois, narra: Mamãe me chamou e disse: Você vai criar a Legião no Estado do Rio, nessa base. V. conversa com o comércio e a indústria. No dia seguinte, voltei e disse: Mamãe, parem de legislar para o asfalto. Chega! Na cidade de Parati só existe uma indústria: uma fábrica de tamancos de um português. Como é que eu vou ter comércio e indústria nos vários municípios? Mas ela enfrentará mais esse desafio, sabendo que querer legislar em função das grandes cidades é uma besteira, porque quem garante mesmo é o município (Costa, 2002a). A iniciativa do Estado do Rio segue esse rumo e não só contribui com a crescente visibilidade das questões sociais do país, como envolve diretamente os municípios nesse empreendimento, acentuando aqueles deslocamentos. Alzira, porém, não chega a avaliar os impactos dessas atividades sob crescente jurisdição do Estado, ainda que tenha contribuído para que essa seja uma atividade pública; sobre isso, ela silencia, talvez porque sejam atravessadas por interesses de domínio privado. A dedicação de Darcy a suas sempre extensas obrigações domésticas e a causas assistenciais, exercidas com visível autonomia, confluíram para a construção de sua imagem pública e a de Getúlio Vargas: servirão para associá-lo a preocupações de um “pai dos pobres”.⁷ Alzira, na feitura de um simples café (Peixoto, 1960:p.57), se vê pouco qualificada para tarefas domésticas; desde

⁷Mesmo quando circulam informes de infidelidades matrimoniais de Getúlio – registradas por ele mesmo em seu Diário, e indícios de rupturas de seu casamento, Darcy permanecerá ao lado do marido.

sempre, seu desempenho será de cunho político. Numa afinidade eletiva, convergindo suas tarefas e suas responsabilidades para a recomposição da nação, inscritas em marcos doutrinários do trabalhismo de Laski, de que Getúlio se valera para pensar e criar o PTB, vê-se a vida toda diante da realpolitik. Esses marcos permanecerão, assim, submersos pelas dissensões partidárias, essas que são postas sob controle de Alzira e fazem-na sentir-se *babá do PTB* (Costa; 2002a), a serviço da consolidação do poder de Vargas. Sob Amaral Peixoto, como interventor, inicia-se um amplo programa de modernização do Estado na área de educação, de saúde, das ações assistenciais, mas também das de organização da produção, que mudará a face do Estado (Petrobras, Companhia Nacional de Álcalis, Siderúrgica, indústria salineira, a CCPL, etc.). As ações assistenciais sob Alzira demandarão quadros preparados, um desdobramento decorrente da pressão de sua mãe: A Escola de Serviço Social, voltada para ações assistenciais, será instituída por quadros de São Paulo - hoje da de escola análoga da PUC, com largo apoio da igreja católica, contornando, talvez, questões regionais (Costa, 1995). A direção paulista será mantida entre 1945 e 1949, com duas professoras contratadas daquele Estado, que formarão o núcleo inicial de docentes dessa unidade. Numa segunda etapa, para essa direção foi nomeada a professora Violeta Campofiorito Saldanha da Gama.⁸ As ações assistenciais terão forte presença na montagem do que se convencionou chamar de amaralismo, corrente política que se assentará em tradições políticas de homens e mulheres das elites e classes médias locais, e estarão inscritas nas Comissões Municipais então criadas a serem examinadas em seus alcances. Há por considerar que tal orientação, de fato, descentralizadora, reforçará o municipalismo que consubstanciará as bases partidárias do PSD. Diante da pergunta (Camargo, 1986: p.p.280-281): O senhor tinha muitos afilhados? Amaral Peixoto responde: Tinha. Até durante a campanha do Juscelino, numa reunião do PSD realizada no Teatro Trianon, em Campos, havia 17 pessoas compondo a mesa. Eu olhei e disse ao Juscelino: ‘Dos 17 dessa mesa, 11 são meus afilhados ou com-

padres’. Esses enlaces e uma rede política montada em torno dos interesses locais e regionais fizeram de Amaral Peixoto, governador eleito do Estado (1950-1955) e ainda, nos anos 1970, de Moreira Franco, esposo de sua filha, Prefeito de Niterói, e, em seguida, Governador do Estado. Inquirida sobre a origem de seu interesse pelas “questões sociais” (Costa, 2002a), porém, ela não faz qualquer registro sobre os protagonismos seu e de sua mãe nessa imensa montagem política. Parece hesitante na resposta, primeiro, atribuindo às relações masculino/feminino sua razão de enfrentamento dos limites interpostos às mulheres pelo poder do pater familiae, (...) uma coisa muito séria (...). E completa: Aquele fenômeno dos coronéis, aquela atitude do mandonismo sobre as filhas era real. E as mulheres eram criadas para casar. O casamento era uma profissão, não uma opção. Dai, temores a vencer: Então quando minha mãe ameaçava contar alguma coisa para meu pai, aquilo era um verdadeiro pavor. Até que descobri que o sopa era papai. Nessa entrevista, Alzira vincula sua tomada de consciência sobre as questões sociais a figuras do movimento feminista de seu tempo, das quais guardara, sempre, um cuidadoso distanciamento: (...) Houve aquele grupo feminista composto por Bertha Lutz, Ana Amélia Queiroz Mendonça, Romi Medeiros que está atuando até hoje, (por) Carlota Queiroz, que foi a primeira deputada. Destaca: Havia um grupo de feministas, aqui do Rio, que tinha valor. Não era uma questão de sexo. A proteção à maternidade e à infância começou porque era uma necessidade, havia obrigatoriedade com um determinado número de operários, a fábrica era obrigada a manter uma creche, mas não funcionava. E conclui com ironia: Era uma graça. E o aparelhamento do Ministério do Trabalho era sempre inferior às demandas. Começou aí meu interesse.

Catorze anos depois de Getúlio, Darcy morre e seu velório repõe o cenário que preserva seu sempre discreto protagonismo político. Com ela, extinguem-se e mantêm-se rumos de ações assistenciais de muitos tipos. Dona Darcy é ainda representada como mãe de alguns meninos, segundo o registro de Brito (1984):

No pátio da Casa do Pequeno Jornaleiro, a eça com o ataúde de Dona Darcy estava armada. Os

⁸ Aluna diplomada nessa unidade em 1951, permaneceria nessa função 14 anos, até 1965, quando substituída por Nilda de Oliveira Ney.

meninos cercavam-no tão tristes e sucumbidos que causavam pena. Rosas vermelhas cobriam-lhe o corpo. E só o rosto, mais parecendo de marfim, destaca-se entre as flores, sereno, de uma grande paz interior. A hora angustiosa do fechamento do caixão. Um pequeno jornaleiro adianta-se para dar o adeus da casa (...). Era o mesmo menino que na última festa a saudara. Tinha um papel na mão. E leu: ‘Dona Darcy, nossa mãe, nossa incomparável benfeitora’. (...) Chorava e com ele choravam todos (Brito, 1984: p. 163).

Nesse mesmo ano de 1968, sob o AI-5, lacra-se o Diretório Acadêmico Maria Kiehl, da Escola de Serviço Social, agora da UFF, um símbolo das jovens esquerdas femininas na política universitária. Em defesa dele e da proteção desses quadros estudantis, está Nilda de Oliveira Ney, Diretora dessa unidade, antiga mestra, trazida por Amaral Peixoto de distante município do Estado para compor quadros iniciais dessa unidade de ensino. Nada da arquitetura de poder sob Vargas impedirá que as coisas mudem, mesmo quando parecem continuar as mesmas.

Em seus registros, Alzira e Amaral Peixoto silenciam ou guardam sempre um tom protocolar nos pronunciamentos sobre sua vida em comum, ao contrário daqueles a que Evita e Perón, em muitos transbordamentos de afetos, dedicam-se, mutuamente. (Perón, 2009); (Perón, 2005). É possível que a economia recíproca dos registros que Alzira e Amaral deixaram advenha mesmo de um pacto de silêncio, exercitado e renovado ao longo de suas vidas. Alzira, em seu pavor à publicidade, detalha alguns contratemplos com a imprensa, quem sabe um modo de justificar seus muitos silêncios. A emergência de um conjunto de profissões femininas do campo dos cuidados se fará na demanda crescente de quadros, inicialmente, apenas femininos. Atividades do espaço público, necessários à montagem de serviços sociais diversos se espraiam por todo o país (Costa, 1995); mais complexas, elas instituem ininterruptamente o devir as mulheres no espaço público, exercido com autonomia e tutela. A criação de associações e sindicatos de profissões femininas, órgãos de classe, inauguram um espaço político de muitos debates profissionais. A história do trabalhismo nesses nexos ampliará mais e mais os sentidos políticos dos movimentos de mulheres e

dos maternalismos que neles se movem, quebrando modos de “tutela” masculina, dando continuidade à autonomia nesse lugar sempre feminino, esse dos cuidados ou da assistência, e, por isso, consentido e aplaudido pelos homens. A realpolitik sob o justicialismo moverá também Evita.

Um artigo da historiadora argentina Marta Zabaleta, feminista, coloca em cena a tese prevalecente da mencionada tutela e o “incômodo” que isso cerca (Zabaleta, 2000: p.p. 1-39). A matéria não deixa de considerar o processo complexo e contraditório, em que ocorre o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres argentinas, durante o Peronismo e o estímulo a essa participação política. Nas experiências de Evita e de Alzirinha, respectivamente, em relação a Perón e a Getúlio, vale retomar reflexões sobre enlace identitário de que fala Sarlo. É possível reconhecê-lo na narrativa entusiástica de Ana Carmen Macri, que exerceu funções de direção no *Hogar de Tránsito nº 2* da Fundação Eva Perón, e que permite elucidar esse movimento. Para ela: “*Conocer a Evita fue un hecho extraordinario que marca el fin de mi vida sufriente y el principio de mi vida de servicio a los demás que me colmó de reconocimientos y alegrías*” (Macri, 2006: p.26).

Era o *Hogar* um local que deveria alojar todas as mulheres que chegavam à Capital em busca de novos horizontes, já que a ideia de Evita era “*dar ayuda integral al desamparado, en una palabra, solucionar sus problemas*” (Macri, 2006: p.27). Assim, após as entrevistas iniciais, quando se obtinham seus dados, as visitadoras sociais escutavam seus problemas e os motivos que levavam às mulheres a solicitarem seu ingresso. Confirmada sua aceitação, fornecia-lhes todo o necessário para sua higiene pessoal, roupas, assim como, muitas vezes, lhes eram ensinadas as regras básicas de seu asseio pessoal, já que muitas chegavam de lugares distantes do país. Ao deixarem o *Hogar*, deveriam ter seus problemas solucionados. Essa era uma regra fundamental. Segundo Macri, a Fundação para Eva era o seu mundo, a partir do qual tornou felizes inúmeras mulheres, o que foi lhe llevando a desarrollar una espiritualidad especial.

Paralelamente, ressalta a atuação de Eva, reunindo-se com parlamentares e distintos dirigentes, impulsionando, com energia, a sanção da Lei

do Voto Feminino, alcançando-se algo pelo qual muitas mulheres lutaram infrutiferamente, durante anos. (Macri, 2006: p.38). Dessa forma, a aquisição de direitos políticos pelas mulheres argentinas em 1947 tornou-se intrinsecamente associada à figura de Eva Perón. Com a criação do Partido Peronista Feminino – PPF, em 1949, torna-se Evita presidente do mesmo. São por ela designadas 23 delegadas para atuarem nas distintas Províncias, nas quais o país era dividido. Dentre elas, Ana Carmen Macri, de início bastante resistente em sair da Fundação, desacreditando seu talento para a atividade política, mas estimulada por Eva, assumiu a representação em Tucumán e, depois, em Santa Fé. Interrogada sobre a percepção que as mulheres possuíam da liderança de Evita, esta responde: “*Ella era una gran conductora política: daba las directivas, infundia coraje para la acción y obraba con justicia hacia sus colaboradoras*”.

Sob a culminância desse processo de criação do Partido Peronista Feminino, Zabaleta observa o alcance de direitos, objeto da análise – questão, até então, pouquíssimo discutida nos meios acadêmicos. Apesar disso, em contraponto à visão apaixonada de Macri, não deixa a historiadora de sugerir que, nesses avanços em que se empenham o Presidente Juan Perón e sua esposa Eva Duarte Perón, está a busca de apoio das mulheres à sustentação do regime peronista. Questiona Zabaleta até que ponto as mulheres estiveram efetivamente representadas no Estado Peronista por uma Frente de Mulheres submetida ao controle e à disciplina do partido dominante.⁹ Nesse sentido, considera que o exemplo do Peronismo, apesar de sua singularidade, aponta para uma verdade mais universal: a de que, nessa experiência, apenas uma estreita esfera de opções resta disponível para as mulheres, quando elas se engajam em atividades formais do partido. Por outro lado, Zabaleta busca detectar elementos sobre o papel desempenhado pelo Partido Peronista patriarcal

⁹Na sua opinião, tal experiência deve servir de alerta para o exame de situações recentes quando forças políticas de mulheres da América Latina seguem a tendência de adotar tais Frentes, como forma ideal de organização para a mudança. Assim, destaca a historiadora a oportunidade de estudos dos partidos políticos e do modo pelo qual eles têm operado em relação a seus filiados femininos, ensejando avaliações sobre vantagens e limitações do processo de politização das mulheres na modalidade assumida pelo Peronismo, considerando as profícuas comparações em futuros projetos de pesquisa

no desenvolvimento de uma reduzida consciência social de gênero entre seus filiados femininos (Zabaleta, 2000: p.3). Dessa proposta, podem-se extrair duas significativas questões para o debate atual: a primeira diz respeito à subentendida tutela das mulheres assegurada pela eficácia do discurso peronista, propagado entre elas, principal responsável, segundo a historiadora, pelo apoio que garantirão ao regime. A segunda, um ponto alto desse trabalho, situa não apenas o peso político que atribui a Eva Perón – o que não é nenhuma novidade, mas também a indícios de sua busca de autonomia com relação a Perón.

Sobre o primeiro ponto, a historiadora situa Eva, ao lado de Perón, como uma das principais transmissoras do discurso peronista; ela conferiria legitimidade a esse discurso ao expô-lo como originário do domínio feminino e não de fora dele, fazendo-o parecer como convergente para necessidades e demandas do gênero feminino. Também, o fato de as mulheres terem Eva Perón como sua interlocutora converte-as em sujeitos da ideologia peronista, favorecendo a recepção daquele discurso. Nessa argumentação, é perceptível a precaução com que Zabaleta caracteriza a adesão de grande número de mulheres ao peronismo, como resultante do bem sucedido esquema de controle daquele governo posto no aparato discursivo e que culminaria com a criação do Partido Peronista Feminino (PPF). Ao recorrer às memórias de mulheres, outrora membros do Peronismo no período focalizado, a historiadora interpreta seus depoimentos a partir do êxito desse aparato na obtenção de seu apoio. Por outro lado, segundo sua opinião, a filiação das mulheres ao PPF longe estaria de contribuir para o desenvolvimento de sua consciência de gênero. Sem dúvida, Perón em discurso por ocasião da Primeira Assembleia do Partido Peronista Feminino,¹⁰ propõe para as mulheres formas de agir que longe estavam de lhes garantir uma atuação autônoma, enfatizando duas qualidades básicas femininas: as de serem calmas e obedientes, indicando como contribuição específica das mulheres para a revolução nacional sua total dedicação à formação de homens sábios e vir-

¹⁰Tal Assembleia, realizada entre 26 e 29 de julho de 1949, teve a duração de três dias, marcando a inauguração formal da seção feminina do peronismo, separadamente dos homens (Soihet, 2000:p.42).

tuosos, função que seria inserida na literatura peronista como a missão das mulheres (Zabaleta, 2000: p.11). Assim, esse discurso reitera práticas e recorre a representações que expressam a relação de dominação masculina, exigindo das mulheres comportamentos vistos como resultantes de “uma ordem natural (...) universal”, mas, na verdade, decorrentes de uma construção histórica, cultural e linguística. Dessa forma, no tocante aos gêneros, Perón reafirmava a relação tradicional entre homens e mulheres e o exercício de papéis próprios a cada um deles, tudo aquilo que tem impedido às mulheres uma efetiva autonomia (Chartier, 1995: p.42). Eva Perón, por seu turno, parece seguir caminho idêntico, num dado momento em que procura resolver um conflito interno da seção feminina do partido, relacionado a divergências surgidas com os homens. Seu argumento é o de que, a seção feminina não se deveria tornar um problema, um aborrecimento para Perón, prescrevendo que em lugar de luta contra os homens, as mulheres agissem em estreita colaboração com eles (Zabaleta 2000: p.13). Nessa perspectiva, cumpria às mulheres contornar os problemas, pois por sua própria condição feminina, estariam predispostas à iniciativa de desenvolver uma convivência harmônica, em nome de um ideal mais elevado, como é do costume fazer no âmbito familiar. Embora o programa do PPF estabelecesse para as mulheres direitos iguais aos dos homens, além de especificar a liberação feminina como um dos postulados chaves, na verdade, os membros femininos, nessas circunstâncias, não foram encorajados a assumir posições de liderança, já que a ideia de uma identidade feminina essencialista prevalecia. Esperava-se das mulheres “um espírito de sacrifício e renúncia”, virtude “natural” nas mulheres de acordo com o discurso peronista, o que se contrapunha àquelas disposições programáticas, em nada contribuindo para o desenvolvimento de sua consciência de gênero. Destaca Zabaleta, igualmente, as Unidades Básicas, espécie de células do PPF: cabia-lhes levar a efeito atividades tidas como próprias às mulheres, como ações culturais, pedagógicas, profissionalizantes, dentre outras, a de ensinar corte e costura, bordado, culinária, assistenciais, com o auxílio dos profissionais de serviço social, enfermeiros, médicos e advogados. Também, oferecia palestras,

conferências e discussões de fatos correntes. Gradualmente, o trabalho social voluntário assumiu af sua maior significação com a distribuição de presentes fornecidos pela Fundação Eva Perón, envolvendo-se tais centros com problemas da comunidade, mas mantendo a vigilância de seu comportamento político, com controle de informações sobre possíveis dissidências locais. Reconhece Eva essa mudança, quando afirma que, de acordo com o que ela havia concebido, o trabalho social também era uma forma de participação política, que ela define como fazer sentir a presença protetora de Perón em todo lugar e em toda família na Argentina (Zabaleta 2000: p.14). Segundo dados apresentados, a contribuição dessas Unidades afigurou-se fundamental na campanha eleitoral para assegurar a vitória que levou Perón à segunda presidência. Assim, de um lado, tal organização, ao reiterar para as mulheres papéis que reforçavam as esferas de atuação consideradas específicas, não eram eles de molde ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades nos mais diversos âmbitos. Pelo contrário, a política das mulheres podia ser vista como uma extensão da maternidade no âmbito público (Bianchi, 1993: p.706). De outro lado, porém, esse trabalho miúdo, revelava enorme eficácia em termos do conhecimento e do controle da situação de cada uma dessas comunidades, possibilitando o mapeamento de todo o país, constituindo-se indubitavelmente numa modalidade de política, como bem expressara Eva Perón.

Tal processo, portanto, longe estava de se apresentar simples e linear, era complexo e contraditório. A própria Eva, tão pródiga em acentuar que para as mulheres, ser peronista é antes e acima de tudo ser leal a Perón, subordinada a Perón e cegamente confiante em Perón, (Hollander, s/d: 13 apud Zabaleta, 2000: p.15). Em outro momento afirmava a sua crença na força das mulheres que, embora minoritárias em termos de ocupação de espaço político, irão provar que são capazes de sustentar a bandeira do ideal Peronista com dignidade e honra, quando e onde quer que seja (...) (Zabaleta, 2000: p.15).

Ela mesma que recomendara, em certo momento, que todo membro feminino devia renunciar a qualquer ambição pessoal na atividade política, foi gradativamente utilizando-se de brechas para construir as bases de seu poder. Essa tendência é percebida

pela autora, que sugere possíveis desconfiças de Perón com relação à sua esposa.¹¹ Assim, o projeto de Eva Perón candidatar-se a vice-presidência nas eleições de 11 de novembro de 1951 obteve o apoio total do PPF e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), cujos membros cada vez mais se asseguravam de seus ganhos não exatamente com a figura Perón, mas com a crescente figura ‘carismática’ de Eva. Não encontrou, porém, tal receptividade por parte do setor masculino do Partido. Além disso, esse projeto provocava forte oposição da hierarquia da Igreja, do exército, o que levava Perón a se decidir pela renúncia da candidatura de Eva, a fim de garantir sua reeleição (Zabaleta, 2000: p.20).

Crescem as manifestações de adesão a Eva no grande comício da Avenida 9 de Julho, a 22 de agosto de 1951, que se limitara em sua fala a declarações de apoio a Perón. Este, em dado momento, toma o microfone, provocando protestos da multidão: ela exige que Evita assuma sua candidatura e, em confronto à oposição de sua candidatura, é proposta uma greve geral. Não obstante, sobre a iniciativa de Perón em declarar o encontro encerrado, levando à dispersão das massas, conclui Zabaleta: Evita e as massas haviam relegado Perón a um plano secundário (Zabaleta, 2000: p.22).

Apesar de tudo, Eva se declara uma frágil mulher argentina e, a todo momento, persevera em suas declarações de garantir, acima de tudo, o apoio à reeleição de Perón, manifestando sua felicidade em servir a seu povo, especialmente, aos descamisados. Porém, através dos fatos apresentados por Zabaleta, é evidente a consciência que Eva tem de sua força pessoal e política e isso está em seu desejo de assumir o posto de vice-presidente. Tais acontecimentos levam a historiadora em foco a refutar a teoria da supermãe, relativa ao comportamento político das mulheres latino-americanas e ao que diz respeito a Eva Perón. Considera que o poder de Eva não derivaria de seus atributos femininos, nem de seu carisma e elegância pessoal, nem estava limitado a atributos femininos – como educação, saúde, etc. Para ela, a desistência de Eva de sua candidatura marcou o início de uma guinada do regime para

a direita, que se tornou mais pronunciada após sua morte prematura em 26 de julho de 1952; isso, de certa forma, se evidencia com a recusa de Perón em manter as milícias populares que Eva organizara, após informações sobre a tentativa de golpe militar em setembro de 1951 (Zabaleta, 2000: p. 25).

Da análise dos discursos de Eva, fica perceptível um testemunho de total lealdade e de subordinação a Perón, estendendo às suas seguidoras a exigência da mesma conduta. Ao mesmo tempo, percebe-se que seu significado longe está da aceitação de uma submissão humilhante. Na verdade, estaria Evita experimentando a mesma força da identidade que Alzira em relação a seu pai, do mesmo elo identitário, tática que mobiliza para os seus próprios fins uma representação imposta – aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu, ou seja, longe de se estar vergando a uma submissão alienante, constrói recursos que visam subverter a relação de dominação (Chartier, 1995: p.41). Em outras palavras, Eva Perón, ao utilizar-se dessas imagens, revelava sua concordância com as diretivas estabelecidas para as mulheres pela ordem vigente, o que facilitava sua instrumentalização com vistas a ampliar seu espaço de atuação que, de fato, em muito ultrapassava os limites estabelecidos para as mulheres, atitude, porém, que não autoriza a considerá-la como uma das primeiras feministas latino-americanas, no que concordamos com Zabaleta.

E, as muitas mulheres que a apoiaram e participaram do PPF? Lançando-se um outro olhar para seus depoimentos, chega-se a conclusões diversas, daquelas de Zabaleta com relação à completa eficácia do discurso peronista na conquista do apoio feminino, uma concepção que privilegia o sucesso da ação unilateral do poder sobre mulheres passivas e impotentes. Num outro olhar, emerge daqueles depoimentos a satisfação pela oportunidade conquistada; pela experiência de participação num projeto comum que lhes permitiu tomar consciência de sua força. “Gradualmente eu percebi que o Partido precisava de nós, as mulheres. Minha própria educação, minha guitarra e meu conhecimento da doutrina Peronista permitiram-me organizar e arregimentar muitos homens e mulheres para o Partido” (Entrevista com Dora Bugnone, In: Zabaleta, 2000: p.p. 5-6). Além disso, tal participação revestiu-se

¹¹ Tal referência aparece na p. 11 do artigo em que Marta Zabaleta busca explicar a razão simbólica de Perón finalizar e sintetizar com seu discurso as discussões das mulheres na Assembleia que instituiu o PPF.

de enorme significação para as suas existências. O Partido também nos deu a chance de educar a nós próprias (...), (...) o Partido abriu-me as portas são algumas de suas declarações (Entrevista com a x-secretária Maria de Hurtado, In: Zabaleta, 2000: p. 6).

Valorização da identidade feminina, visibilidade social, numa ordem que até então mantinha as mulheres na obscuridade e no isolamento do espaço doméstico, experiências de socialização e projeção para um universo mais amplo, seja recolhendo solicitações no bairro para a Fundação Eva Perón ou participando de atos políticos para a reeleição de Perón, direito ao voto foram algumas das novas situações vivenciadas pelas mulheres argentinas com o peronismo. Fatos perceptíveis através do depoimento abaixo. Os centros femininos mais do que os masculinos providenciaram um ambiente no qual as mulheres lidaram tanto com problemas pessoais, quanto com problemas políticos (...). De acordo com as mulheres que trabalharam nestes centros pela primeira vez nas suas vidas, elas se sentiram realizadas no seu trabalho e foram capazes de desenvolver uma identidade coletiva com outras mulheres (Entrevista com Nélide de Miguel, In: Hollander, 1977: p.188).

Como decorrência, ao votarem pela primeira vez nas eleições de 11 de novembro de 1951, 64% das mulheres concederam seu voto ao peronismo. E, por outro lado, elegeram-se todas as candidatas apresentadas pelo PPF – 7 senadoras e 24 deputadas – oriundas da classe média e trabalhadora. Estas constituíram-se no maior número de representantes do eleitorado feminino em toda a América. E, apesar da animosidade masculina, Delia Parodi foi uma das primeiras mulheres em todo o mundo a ocupar o cargo de vice-presidente da Câmara dos Deputados,

em 25 de abril de 1953 (Zabaleta, 2000: p.p. 6-27).

Dessa forma, o apoio dessas mulheres não derivou simplesmente de procedimentos astuciosos do Peronismo. Na verdade, sua participação e seu apoio ao referido movimento de alguma forma atendiam às suas aspirações e às suas necessidades. Aliás, a própria Zabaleta enfatiza a determinação das militantes em preservar a literatura de seu partido por mais de três décadas, em que pese toda a repressão que se desencadeou por parte do Estado argentino contra o Peronismo. Sintomático é o entusiasmo das mulheres com a candidatura de Perón no período 1945-46, quando expressaram seu anseio de liberação, impregnado de erotismo, através de um refrão em que se diziam todas de Perón, sem nossos sutiãs e sem nossas calças (Zabaleta, 2000: p.17). Assim, o citado apoio não poderia resultar, apenas, de forma simplista, dos propósitos de manipulação de Perón e da eficácia de seu discurso. Afinal, concordar com tal suposição seria negar a tais mulheres a condição de sujeitos de sua própria história.¹²

Na verdade, ao se apropriarem do discurso peronista, as mulheres lançaram-se à *caça* não autorizada no terreno alheio. Dessa forma, assumiram uma atitude própria de consumidoras, na concepção de Certeau, para quem o consumo é também uma forma de produção cultural (Certeau, 1996: p.p.39, 44 e 94). Assim, as mulheres se insinuaram de forma astuciosa, dispersa, silenciosa, não se fazendo notar com produtos próprios, mas nas “maneiras de empregar” os produtos de uma ordem dominante. Constituíram a rede de uma antidisciplina, buscando aproveitar as *ocasiões*, as possibilidades oferecidas para garantir o exercício de sua cidadania, em termos de classe e de gênero, no grau mais ampliado possível.

¹² Esta é uma das ideias mais caras ao historiador E.P.Thompson. Ver, entre outros, Thompson (1998).

Referências Bibliográficas

- BALMACEDA, C. (2002) *El evangelio de Evita*. Buenos Aires: Sudamerica.
- BARRY, C, RAMACCIOTI, K., VALOBRA, A. (Editoras) (2008) *La Fundación Eva Perón y las mujeres: entre provocación y la inclusión*. Buenos Aires: Biblos.
- BARRY, C. El processo de inclusión de las mujeres durante el peronismo. In: PRADO, Maria Lúcia C. org.) (2009) *Vargas & Perón: aproximaciones e perspectivas*. São Paulo: Memorial da América Latina, pp.85-144.
- BERNARDES, M. T. C. C. (1989) *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz.
- BETTS, Kate (2011) *Every Day Icon. Michelle Obama and the Power of Style*. New York: Clarkson Potter/Publishers.
- BIANCHI, Susana “Las mujeres en el peronismo (Argentina, 1945-1955)”, In: DUBY, G. e PERROT, (1993) M. *Historia de las mujeres 5. El Siglo XX*. (Bajo la dirección de Françoise Thébaud). Madrid: Taurus Ediciones.
- BOCK, G. “Pobreza feminina, maternalismo e direitos das mães (1890-1950)”. In: DUBY, G., PERROT, (1994) M. *História das mulheres no Ocidente. O século XX*. Porto: Ed. Afrontament/São Paulo: EBRADIL.
- BRITO, Chermont (1984) *Vida luminosa de Darcy Vargas*. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social – LBA. Seção de editoração.
- CAMARGO, A., HIPOLITO L., D’Araújo, M. Celina S & FLAKSMAN, Dora R. (1986). *Artes da política. Diálogo com Amaral Peixoto*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- CASTRO, N. (2007) *Los últimos días de Eva. História de um engano*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor.
- CERTEAU, M. (1996) *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. Petrópolis, Vozes.
- CHARTIER, R. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica”, In: *Cadernos Pagu 4*. (1995) *Fazendo a história das mulheres*. Campinas, Publicação do PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP.
- CHISTOLM, Robert. “Progresso e *mimesis*: ideias políticas, imitação e desenvolvimento”. In: *Lua Nova 77*. São Paulo: 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acessado em 11 de setembro de 2010.
- COSTA, Anita Aline Albuquerque (Depoimento de Alzira Vargas do Amaral Peixoto) (2002^a) Rio de Janeiro, CPDOC/Ministério da Providência e Assistência Social – Secretaria de Estado de Assistência Social.
- COSTA, Suely G.(1995) *Signos em transformação. A dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez.
- _____.(2002b) “Proteção social, maternidade transferida e lutas por saúde reprodutiva”. *Estudos feministas*, vol, 10, p. 301- 323.1 sem/2002. UFSC: Florianópolis.
- _____.(2003) “Gêneros, biografias e história”. In: *Gênero*, Revista do NUTEG – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero/UFF, V.3, N.2, p. 7-20. Niterói: EdUFF.
- _____. (2004) “Movimentos feministas, feminismos” In: *Estudos Feministas*, vol. 12, p 23-36. N. Especial/2004. UFSC: Florianópolis.
- D’ARAÚJO. M. Celina S.(1999) *As instituições brasileiras da Era Vargas*, Rio de Janeiro: Eduerj.
- FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. (1974) *A verdade sobre a revolução de 22*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho.
- FORJAZ, Maria Cecília S. (1988) *Tenentismo e forças armadas na revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FREIRE, Maria Martha de L. (2009) *Mulheres, mães e médicos. O discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- GOMES, Ângela de Castro. (1996) “A guardiã da memória”. *Revista do Arquivo Nacional*, v. 9., n. 1-2, p. 17-30, jan/dez.
- GOMES, Leila Maria (1995) *A Proteção Social no Estado do Rio de Janeiro*, Niterói: EdUFF.
- GRANERO, Mario J. *Evita* (2003) *Vida & Imágenes*. Buenos Aires: Maizal Ediciones.
- LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros (2005) *Entre a*

- tinta e o papel. Memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto.
- LÖVY, M (1989) *Redenção e utopia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (1990) *Romantismo e messianismo: Ensaios sobre Lukàcs e Walter Benjamin*. Tradução de Myrian Veras Baptista e de Magdalena Pizante Baptista. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- KINGSTON, C. (1948) *Os anos de aprendizado de uma trabalhadora social* (Serviço Social de Casos Individuais). Niterói, RJ: Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro.
- MACRI, Ana Carmen (2006) *Mi biografía política* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Investigación Histórica Eva Perón.
- MOTT, Maria Lucia (2001) “Maternalismo, política pública e benemerência no Brasil (1945-1930)”. In: *Cadernos Pagú*, Unicamp, Campinas. v. 16, p. 119-234.
- PEIXOTO, (1960) Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu Pai*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo.
- PERÓN, Eva (2008) *La razón de mi vida*. Buenos Aires: Bureau Editor S. A.
- _____ (1996) *Yo Evita*. Habla a las mujeres. Patria-Pueblo-Recuperación. Buenos Ayres: CS Ediciones.
- PERÓN, Juan (2009) *Como conocí a Evitay me enamoré de ella*. Contextualización histórica y comentarios a cargo de Manuel Urquiza. Buenos Aires: Sudamericana/Instituto de Estudios Juan Perón.
- PERROT, M. Sair. In: DUBY, G., PERROT, M. (1994) *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Ed.Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, pp.503-539.
- SARLO.B. (2005) *A paixão e a exceção*: Borges, Eva Perón, Motoneros. Tradução de Rosa F. d’Aguiar, H. Jahn, J. M. Macedo, R. P. Goldoni e S. Molina. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: In: DUBY, G., PERROT, M. (1994) *História das mulheres no Ocidente*. O século XIX. Porto: Ed. Afrontament/São Pulo: EBRADIL, pp. 443-475.
- SOIHET, R. (2000) “Alguns Comentários a partir do Artigo de Marta Zabaleta: O Partido Peronista Feminino: História, Características e Consequências. (Argentina 1947-1955)” *Diálogos. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. V. 04 N° 04, pp. 41-47.
- _____ (2006) *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edusc.
- _____ (2009)e COSTA, Suelly G. “Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero”. *Gragoatá*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, n. 25, p. ,29-49 , 2º sem. de 2008. Niterói: EDUFF.
- THOMPSON, E. P., (1998) *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras.
- VARGAS, Getúlio (1995) *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2 v.

Documentação fílmica

- Evita, una bandera*. DVD. Dirección de Eduardo W.Walger. Producción de Andrea/Bello. Region Multizona, N°. de deposito legal M-58453400-2009.